

Gasto com a saúde é alto

A seguir, alguns pontos da exposição de Fernando Henrique:

□ **Juros** — Segundo o ministro, a desordem das finanças públicas é que tem provocado a alta das taxas de juros. Para ele, se o governo não precisasse de dinheiro, o Sistema Financeiro teria que buscar dinheiro junto aos aplicadores privados. “Estamos com dificuldade para vender os nossos papéis há dez dias porque não queremos sancionar o que eles querem”. Informou que o orçamento prevê que a taxa média de juros deste ano será de 15 por cento acima da inflação. Em 93 foi 21 por cento. “Já pediram até a cabeça do diretor do Banco Central porque os banqueiros estão perdendo. Apostaram em taxas mais altas”.

□ **Puxada** — “Talvez o Governo tenha que dar uma puxada nas taxas de juros no momento de transição de criação da URV”, informou. Descartou, porém, que a alta de juros possa provocar recessão. “Pelo contrário, esperamos um crescimento entre 7 por cento e 8 por cento ao ano quando a economia estiver estabilizada”, disse.

□ **Saúde** — Os gastos correntes nesta área são muito pesados. Em dezembro, informou, o governo teve que emitir 1,7 bilhão de dólares em títulos públicos, com taxas de juros 20 por cento acima da inflação, para cobrir despesas de saúde e de atendimento ao programa da fome.

□ **Tarifas públicas** — O ministro informou que as tarifas estão sendo reajustadas conforme a inflação. A energia elétrica subiu mais por conta de projeto de lei que mandou dar aumentos de 8,75 por cento acima da inflação por seis meses, mas isso acabou em outubro.

□ **URV** — “Ninguém está cogitando em criar um novo indexador, além da URV. Só não vamos criar um índice que tenha problema. A URV tem problemas legais para indexar os impostos, mas estamos estudando uma forma de eliminá-los.

□ **Bom momento** — “Nunca a situação esteve tão favorável”. Citou sete fatores para justificar seu otimismo: a economia americana está em recuperação, o acordo de comércio internacional no Gatt vai favorecer uma estabilização nos fluxos, o desempenho da economia brasileira é excelente, há recuperação de nível de emprego e aumento real de salário, a produção agrícola de 1993 foi boa (pode chegar a 80 milhões de toneladas nos próximos anos), as reservas internacionais estão em torno de 30 bilhões de dólares e a balança comercial tem tido bons resultados. “Precisamos agora eliminar a inflação”.

□ **Cobrança de débitos** — Defendeu a terceirização da cobrança, ou seja, que o governo contrate serviços de escritórios de advocacia para cobrar. Confirmou que existem cerca de 10 bilhões de dólares de débitos inscritos na dívida ativa. Explicou que não tem condições de cobrar porque a Procuradoria da Fazenda Nacional tem apenas seis advogados. Os 150 restantes foram cedidos à Advocacia-Geral da União. O governo tem conseguido sucesso em apenas 4 por cento dos débitos. Os processos de cobrança, conforme o ministro, duram cerca de dez anos.

□ **Ajuste** — É imperativo para que o governo tenha recursos para financiar saúde e previdência e a inflação possa baixar. Segundo ele, sem a reorganização do Estado, não há como enfrentar grandes desafios.

□ **Fundos de previdência** — O Conselho Monetário Nacional já tomou 16 medidas para reduzir as distorções dos fundos e só duas não foram contestadas. Disse que os fundos serão obrigados a comprar papéis da dívida pública. “É uma forma mais barata de o tesouro se financiar.

□ **Adesão à URV** — O mercado é que vai definir o momento de aderir, afirmou. “É a decisão mais racional”. As câmaras setoriais poderão ser um instrumento para ajudar a discutir a forma de adesão.

□ **Impostos** — O adicional de 5 por cento foi proposto para fechar as contas. “Não aumentamos o Imposto de Renda dos trabalhadores, nem da classe média. Só taxamos as mais altas rendas”.

□ **Fortunas** — “Não foi feito para render nada. É só para controlar o Imposto de Renda”.